



FACULDADE UNIÃO DE GOYAZES
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

**UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES
QUANTO AO ATENDIMENTO AS CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

Anatiany de Bastos Ferreira

Orientador: Profº: Ms. Gláucio Freitas Oliveira e Silva

TRINDADE-GO
2015.

**FACULDADE UNIÃO DE GOYAZES
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES
QUANTO AO ATENDIMENTO AS CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

Anatiany de Bastos Ferreira

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade União de
Goyazes como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciatura em
Ciências Biológicas.

Orientador: Profº: Ms. Gláucio Freitas Oliveira e Silva

TRINDADE – GO
2015

Anatiany de Bastos Ferreira

**UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES
QUANTO AO ATENDIMENTO AS CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade União de
Goyazes como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciatura em
Ciências Biológicas, aprovada pela
seguinte banca examinadora:

Profº: Ms. Gláucio Freitas Oliveira e Silva (Orientador)

Profª: Esp. Elaine Cristiana Rosa Bastos

Profª: : Ms. Thálita Maria Francisco da Silva

TRINDADE – GO

19/06/2015

Dedico este trabalho com muito carinho aos meus pais Sirley e Adson e aos meus amigos, que me apoiaram nos momentos alegre e triste da minha vida, para que eu pudesse caminhar, deixando o desânimo, e tendo coragem e disposição para realizar o meu sonho que é ser bióloga.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por ter me dado graça e sabedoria ao longo deste curso.

Agradeço minha família, meus pais, amigos, mestres, orientadores, todos aqueles que me ajudaram direta e indiretamente a concluir este trabalho, todos aqueles que tiveram paciência comigo em momentos de tensão e de empenho, e que me estenderam as mãos dando o apoio indispensável para que eu pudesse vencer a minha jornada.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. MATERIAIS E MÉTODOS.....	10
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	10
3.1. Formação inicial do docente.....	10
3.1.1. Formação de docentes - a gerência de uma sala de aula inclusiva inclusão.....	11
3.2. INCLUSÃO.....	13
3.3. ALGUNS TIPOS DE NECESSIDADES ESPECIAIS.....	14
3.3.1. Deficiência Visual.....	15
3.3.2. Deficiência Auditiva.....	16
3.3.3. Deficiência Intelectual.....	17
4. CONCLUSÃO.....	18
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19

UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES QUANTO AO ATENDIMENTO AS CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

(Anatiany de Bastos Ferreira)¹
(Gláucio Freiras Oliveira e Silva)²

RESUMO

Muitas vezes não sabemos como devemos nos comportar quando nos deparamos com alguém com alguma deficiência. Talvez a falta de formação adequada nos coloque em algumas situações desconfortáveis no nosso dia a dia. Este trabalho tem como objetivo enfatizar a necessidade de se pensar a verdadeira revolução que começa a ocorrer em todo o contexto educacional, pois a inclusão dos alunos com necessidades especiais passa a ser tarefa essencial na nova empreitada educacional. A pesquisa feita o objetivo foi mostrar a importância da formação inicial para atender a essas pessoas. Pois os professores não saem da graduação preparada para trabalhar com a inclusão, mas cabe aos professores especializar-se na sua área desejada. Mesmo com a escola abrindo as portas para a inclusão nos dias de hoje ainda há muito no que avançar é claro respeitando os limites e o seu modo de pensar e agir.

PALAVRAS-CHAVE: Capacitação dos Professores. Relação professor-aluno. Educação Inclusiva.

A REFLECTION ON THE FORMATION OF TEACHERS AS TO THE SERVICE CHILDREN WITH SPECIAL NEEDS

ABSTRACT

Often we do not know how we should behave when we come across someone with a disability. Perhaps the lack of proper training in place in some uncomfortable situations in our daily lives. This paper aims to emphasize the need to think the real revolution that begins to occur around the educational context, for the inclusion of students with special needs becomes essential task in the new educational endeavor. The survey gave the order to show the importance of initial training to meet these people. Because teachers do not leave the graduate prepared to work with the inclusion, but it is up to teachers to specialize in your desired area. Even with the school opening the door to the inclusion these days there is much in advance of course within the limits and their way of thinking and acting.

KEYWORDS: Teacher training. Teacher-student relationship. Inclusive Education.

INTRODUÇÃO

A educação escolar é a ferramenta essencial para a inserção de qualquer pessoa em seu meio social, ela transmite a cultura, conhecimento ao cidadão, e também permite a construção de um mundo melhor para todos. Porém, como já é sabido e confirmado pelas palavras de (GOMIDE, 2008), a educação é importante não somente para o indivíduo que aprende, como também, para a sociedade. Uma vez que “o aprendizado intensifica a capacidade humana, tendo um significado especial não só para o aprendiz, como também, para o meio no qual está inserido”. Há algum tempo atrás, acreditava-se que a educação era responsabilidade somente de duas instituições: família e a escola.

Fazendo uma retrospectiva da história da educação das pessoas com os Educandos com Necessidades Educacionais Especiais-NEE, constatou-se que até o século XVIII, essas pessoas eram totalmente excluídas da sociedade e não podiam participar dos espaços sociais onde se transmitiam o conhecimento. Nesse sentido, a inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e os alunos com NEE procuravam adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos. (MELO, 2010).

A educação inclusiva social se constitui no primeiro passo para essa transformação da sociedade, pela criação de ambiente menos restritivos com o objetivo de quebrar o ciclo da invisibilidade a oferecer educação para todos. (NASCIMENTO, 2008).

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi - 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e; em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi. Com o passar do ano, em 1973, o MEC cria o Centro de Educação Especial – CENESP/ MEC, primeiro órgão responsável pela formulação e acompanhamento de Educação Especial no Brasil. (MEC/SEESP, 2008.)

Neste contexto, a partir da década de 90, a Educação Inclusiva passou a integrar a pauta de discussões em reuniões de diversas organizações internacionais que têm como uma de suas finalidades a Educação. Foi onde a Conferência Mundial de Educação Especial organizada pelo governo da Espanha juntamente com a

UNESCO, realizada em Salamanca entre 7 e 10 de junho de 1994, teve o objetivo de informar sobre princípios, Políticas e práticas em Educação Especial. A partir deste ano que a educação especial passou a ser defendida na Declaração Salamanca. (SALAMANCA, 1994).

De acordo com a Constituição Federal 1988, determinou que a educação fosse o direito e dever de todos, visando o preparo do cidadão para exercício da cidadania sua qualificação para o trabalho e garantir também aos NEE o direito a educação de qualidade de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Especial Nacional – LDB, nº 9.394/96 (Brasil, 1996, no Capítulo III, art. 4º inciso III, diz que é dever do estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos NEE preferencialmente na rede regular de ensino”.

A lei 9.394/96, art. 62, trouxe ainda uma grande mudança na educação escolar, estabelecendo que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena (...) admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, modalidade Normal. (LDB, 1996).

Esses professores devem ser capacitados para receber em suas salas de aulas alunos sem ou com necessidade especial, seja física, intelectual ou sensorial, transtornos globais do desenvolvimento ou superdotação/altas habilidades. Em relação à formação inicial, fica cada vez mais difícil a situação do professor, porque as universidades pouco os preparam para lidar com NEE, saem despreparados, já que na sua formação não tem uma disciplina específica para lidar com eles.

A respeito dos desafios impostos por uma perspectiva educacional inclusiva, a formação profissional, em nível de ensino superior, apresenta necessidade de aprimoramento com o intuito de oferecer o devido suporte aos futuros profissionais. (CRUZ, 2008).

De acordo com (OLIVEIRA, 2012), muitos desses professores se dizem está despreparado ou nunca recebeu nenhum tipo de treinamento para lidar com o aluno especial. Pensar a formação docente para a escola inclusiva é pensar a formação docente como um todo e, nesta perspectiva essa formação ainda é capaz de garantir o atendimento as crianças com necessidades educacionais especiais ou não, ainda reclamam que falta, também, o suporte de profissionais capacitados e especializados da área da inclusão para trabalhar com essas crianças.

Os defensores da inclusão acreditam que em se tratando de crianças com deficiência as instituições de educação infantil são espaços privilegiados onde a convivência com adultos e outras crianças de várias origens possibilitarão o contato desde cedo com manifestações diferentes daquelas que a criança vivencia em sua família ou num ambiente segregativo, permitindo-lhe, assim as primeiras percepções da diversidade humana. (ARNAIS, 2003).

Este trabalho tem objetivo de mostrar a importância da formação inicial para atender a essas pessoas. Pois os professores não saem da graduação preparados para trabalhar com a inclusão, mas cabe aos professores especializar-se na sua área desejada.

MATERIAIS E METODOS

O processo metodológico deste estudo consiste em uma revisão bibliográfica de 03 livros, 05 revistas, artigos, Leis: LBD e Constituição Federal 1988, monografia, dissertação e MEC, orientada pela busca bibliográfica nas seguintes bases de dados: via digital como Google acadêmico, SCielo (Scientific Library Online).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura circunstanciada dos artigos e literaturas selecionadas permitiu agrupar os resultados por similaridade de conteúdo e importância. O resultado obtido através das literaturas demonstrou a realidade em que vive os professores que trabalham com a inclusão e as instituições não oferece subsídios e pouco incentivo para a capacitação dos professores.

1.1. FORMAÇÃO INICIAL DO DOCENTE

Talvez o que deixe o professor mais preocupado, seja a insegurança em relação à sua inexperiência, já que nos cursos superiores aprendeu apenas os preparam para aplicar o conhecimento científico e não teve acesso às práticas pedagógicas, diretamente com alunos especiais. Sabemos que ensinar é uma tarefa que envolve principalmente: domínio de conteúdo, didáticas diferenciadas, planejamento e competência para perceber e entender as dificuldades educacionais

de cada aluno. Quando envolve inclusão, sabemos que o desafio colocado aos professores é grande, e que partes desses profissionais continuam despreparados para desenvolver estratégias de ensino diversificadas, mas quando esses alunos com deficiência se encontram na escola, cabe a cada profissional encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteça avanços significativos para esses alunos. (SILVA e ARRUDA, 2014).

De acordo com (DÍAZ, 2009), ao referirem sobre despreparo dos professores completa dizendo que:

Promover cursos de formação de professores (e não meros cursos de capacitação que muitas vezes não levam à reflexão necessária) na área de linguagem é um modo bem eficiente de se começar a tornar a escola um espaço mais inclusivo, porque ela (a linguagem) está em nós cotidianamente, organizando nossos pensamentos, sentimentos, emoções e opiniões. (p. 47).

Segundo (SILVA, 2013), o despreparo do professor é um dos obstáculos mais citados para a educação inclusiva. Fazer com que a inclusão ocorra de modo satisfatório é um grande desafio, pois não podemos perder de vista as oportunidades, e através delas garantir o avanço na aprendizagem, bem como no desenvolvimento total do aluno NEE. Para a preparação do professor, não basta somente ações destinadas à educação inclusiva, cada um deles deve analisar seus conceitos acerca do aluno com deficiência, para permitir que novas ideias influenciem na sua metodologia, ou seja, em sua prática pedagógica.

A formação inicial é indispensável para a prática pedagógica em todas as áreas educacionais, visto que o mesmo deve estar preparado para as mais diversas situações que envolvem o processo de ensino e aprendizagem, pois a formação inicial tem um papel fundamental no desenvolvimento profissional do docente e na construção de sua identidade. Esta formação deve representar um espaço de crítica e de reflexão coletiva, desde que o professor em formação seja levado a analisar sua própria prática, tendo como meta a construção de novas proposições para a ação educativa. (NASCIMENTO; CABRAL, 2010).

1.2. FORMAÇÃO DE DOCENTES - A GERÊNCIA DE UMA SALA DE AULA INCLUSIVA

A sala de aula, dependendo de como o professor a conduz, poderá ser um ambiente rico; o “problema” torna-se estímulo para o desenvolvimento, através

da compensação social, criando-se condições para o “deficiente” apropriar-se da cultura. Nesse caso, devemos considerar as interações com o meio, com os recursos ou instrumentos externos que o sujeito utilizará para a compensação da deficiência. (TOLEDO; MARTINS, 2009). Fazer a diferença e aprender a lidar com estas novas situações para conseguir acompanhar o desenvolvimento dos alunos e certificar-se de que eles estejam evoluindo em todos os seus aspectos, dentro de suas possibilidades e limitações. E assim, contribuir para as suas aprendizagens e também os preparando para a vida. Claro que nem sempre é fácil. Todos os alunos já demandam atenção individualizada e trazem muitos desafios com a facilidade, e a grande parte dos casos, são situações e problemas com os quais os professores têm maior dificuldade para lidar com NEE em sua sala de aula. (SILVA, 2013)

Segundo (FERRARI, 2011) enfatiza que:

Esse contexto de segregação (aluno “normal” separado de aluno “especial”) permaneceu por muito tempo e muitos professores se formaram com essa concepção, o que tem sido um dificultador na implementação da educação inclusiva. Essa dificuldade ocorre, pois a separação entre o ensino normal e o especial fez com que os professores da rede regular se considerassem despreparados para atenderem os alunos com deficiência, privando os alunos “especiais” da possibilidade de inclusão nas classes comuns. (p.05).

Além de aprender a adaptar o planejamento e os procedimentos de ensino, é preciso que os educadores olhem para as competências dos alunos, e não apenas para suas limitações. Visando importar métodos e técnicas especializados para a classe regular, mas sim, tornando-se um sistema de suporte permanente e efetivo para os alunos especiais incluídos, bem como para seus professores. A Educação Especial não é mais concebida como um sistema educacional paralelo ou segregado, mas como um conjunto de recursos que a escola regular deverá dispor para atender à diversidade de seus alunos. (SILVA, 2013).

Sabendo que as interações sociais entre grupos heterogêneos são condições fundamentais para o desenvolvimento do pensamento e da linguagem pensamos que quanto maior o grupo de relações em que a criança participar, melhor será seu desenvolvimento. Sendo assim, a escola torna-se um espaço social capaz de desenvolver um papel de estimulação ao relacionamento, na qual decorrem as trocas entre os pares, o que certamente facilita ao professor proporcionar atividades desafiadoras, nas quais ele também será o mediador das situações favoráveis ao desenvolvimento cognitivo, social, emocional e linguístico. (TOLEDO E MARTINS, 2009).¹³

2. INCLUSÃO

A educação inclusiva é uma política fundamentada na concepção de direitos humanos e defende o direito que todos os alunos têm, de acesso e permanência na escola, sem qualquer forma de discriminação. A história da inclusão foi marcada por uma forte rejeição, preconceito e discriminação.

De acordo com (BRANDENBURG; LÜCKMEIER, 2013):

A inclusão remonta à Idade Média, época em que ocorriam muitas matanças e perseguições às pessoas que nasciam com alguma deficiência. No século XV as pessoas consideradas loucas ou com alguma deficiência mental ou física eram mandadas para a fogueira, pois eram vistas como possuídas pelos espíritos malignos. A partir do século XVII, os indivíduos que possuíam alguma deficiência eram retirados do convívio social e fechados em celas e calabouços, asilos e hospitais.(p.175)

Portanto, a trajetória das pessoas com NEE, é marcada pela exclusão, pois elas não eram consideradas pertencentes à maioria da sociedade, eram abandonadas, escondidas ou mortas. Com o passar dos anos, desenvolveu-se um novo conceito de prática da inclusão social. O atendimento às pessoas com deficiência no Brasil se deu no século XIX, quando os serviços dedicados a esse segmento de nossa população, inspirados por experiências norte-americanas e européias, foram trazidos por alguns brasileiros que se dispunham a organizar e a implementar ações isoladas e particulares para atender a pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais. Hoje há muitas leis e decretos implantados que visam garantir os direitos e necessidades das pessoas com deficiência. (BRANDENBURG e LÜCKMEIER, 2013).

A lei 9.394/96, art. 58, entende-se por educação especial:

Para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. (LDB, 1996).

A educação inclusiva possibilita que o sistema de ensino se adéque a nova realidade educacional, que permite que a instituição construa práticas educacionais pedagógicas que venha garantir a qualidade do ensino para todos esses alunos. Também propõe que todos esses alunos sejam capazes de aprender, conforme o seu potencial, isso independente dos seus talentos ou dificuldades. Com

isso é importante que seja oferecido para eles condições apropriadas e também um ambiente favorável e sem restrições. (SILVA, 2013).

Segundo (BOZZO, 2012), a inclusão social tem como objetivo à construção de uma nova sociedade através de mudanças, pequena e grande, nos ambientes físicos, ou seja, espaços internos e externos, aparelhos, equipamentos, meios de transportes e utensílios e na consciência de cada pessoa, até mesmo o próprio NEE. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção.

3. ALGUNS TIPOS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Para entender melhor as diferenças, é necessário saber qual o significado de cada deficiência. Deficiência quer dizer insuficiente, insatisfatória, segundo a psicologia, diz-se de uma pessoa diminuída das faculdades físicas ou intelectuais. Pessoas com desenvolvimento incapaz, em termos mais específicos é um déficit, seja física, intelectual ou sensorial, transtornos globais do desenvolvimento ou superdotação/altas habilidades. (SILVA, 2013).

A perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. (AMIRALIAN, 2000).

A lei 3.298/99, relata que:

Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas.

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo, os impedimentos podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BATTISTELLA, 2009).

3.2. DEFICIÊNCIA VISUAL

A deficiência visual é definida como a perda total ou baixa visão. O nível de acuidade visual pode variar o que determina dois grupos de deficiência, apresentada para os quem têm baixa visão, entre 40 e 60%, é aquela que possui resíduos visuais em grau que permitam ler textos impressos à tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais, excluindo as deficiências facilmente corrigidas pelo uso adequado de lentes, ou a cegueira (resíduo mínimo da visão ou perda total) que leva à necessidade de usar o Braille como meio de leitura e escrita e/ou outros métodos, recursos didáticos e equipamentos especiais para o processo ensino-aprendizagem. (CRÓS, 2006).

Uma pessoa cega pode ter algumas delimitações, as quais poderão trazer obstáculo ao seu aproveitamento produtivo na sociedade. Grande parte destas limitações pode ser eliminada através de duas ações: uma educação adaptada a realidade e o uso da tecnologia para diminuir as barreiras. (SILVA; ARRUDA, 2014).

Causas: A perda da visão pode ser decorrente de ferimentos, fatores ambientais (traumatismos, alcoolismo, drogas, etc.), perfurações e vazamentos nos olhos. Durante a gestação, doenças como rubéola, toxoplasmose e sífilis podem causar a deficiência na criança. (MARTINS, 2010).

Características: deficiência visual pode ser congênita ou adquirida, como: glaucoma (pressão intraocular que causa lesões irreversíveis no nervo ótico) e catarata (opacidade no cristalino). Em muitos casos, as doenças são confundidas com uma ametropia (miopia, hipermetropia ou astigmatismo), podendo ser corrigida pelo uso de lentes de contato, o que permite o retorno total da visão. (SILVA; ARRUDA, 2014).

Consequências

A motora está relacionada à imagem corporal, esquema sinestésico, postura, mobilidade, marcha, equilíbrio dinâmico e estático, entre outros.

A cognitiva entende-se principalmente pela dificuldade na formação e utilização de conceitos.

A afetiva entende-se pela autoconfiança, insegurança, auto-estima, dificuldade de estabelecimento de relações básicas com as pessoas, entre outras. (MARTINS, 2010).

Metodologias

Sistema Braille: é um processo de escrita e leitura baseado em 64 combinações em relevo, resultantes da combinação de até seis pontos dispostos em duas colunas de três pontos cada. Pode-se fazer a representação tanto de letras, como algarismos e sinais de pontuação.

Sorobã: Instrumento utilizado para trabalhar cálculos e operações matemáticas. (SÁ, 2007).

Livro didático: adaptação do livro transcrito em Braille.

Máquina de escrever Braille / Perkins: A máquina Perkins é um equipamento semelhante a uma máquina de escrever e é usada para produção de textos em Braille. (MANOEL, 2006).

Baixa visão: os recursos ópticos especiais, as ajudas não óticas, os materiais e recursos específicos necessários ao apoio pedagógico do educando são adaptações e devem estar arrolados no Projeto Político Pedagógico e Plano de Desenvolvimento Educacional, para que o aluno, realmente, tenha as mesmas oportunidades de acesso à informação e conhecimento como os demais alunos. (BRUNO, 2011)

3.3. DEFICIÊNCIA AUDITIVA

A deficiência auditiva traz muitas limitações para o desenvolvimento do indivíduo. Considerando que a audição é essencial para a aquisição da linguagem falada, também afeta o equilíbrio e a capacidade normal de desenvolvimento da pessoa.

Causas: má-formação na orelha, no conduto (cavidade que leva ao tímpano), nos ossos dos ouvidos ou ainda por uma lesão neurossensorial no nervo auditivo ou na cóclea (parte do ouvido responsável pelas terminações nervosas). De origem genética ou hereditária, adquirida no pré-natal, e adquirida pós-natal. Dentre

os fatores ambientais que acarretam a deficiência auditiva destacam-se as infecções, drogas e traumatismos cranianos. (SILVA, 2008).

Características: Considerando-se, em geral, que a audição normal corresponde à habilidade para detecção de sons até 20 dB (decibéis). Podendo ser leve, moderada severa ou profunda. E quanto mais aguda mais difícil é o desenvolvimento da linguagem e somente um exame é capaz de identificar o grau da lesão. (REDONDO; CARVALHO, 2000);

Consequências

As consequências da surdez no desenvolvimento da linguagem variam em função da importância da perda e da idade do surgimento da mesma. Se a perda auditiva não é corrigida, ela pode levar a problemas físicos como cansaço ou fadiga, dores de cabeça, vertigens e estresse.

Metodologia

Imagens ilustradas: o professor na imagem tem que colocar as palavras em LIBRAS, para que o aluno possa entender o significado daquela figura.

Dominó em Libras: do alfabeto, animais, frutas, entre outros.

Jogo da memória: fazer com palavras, frutas, animais e coisas do dia-dia.

3.4. DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

De acordo com a lei 3.298/99, Inciso - IV diz que: DI é significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas.

Deve ter acesso à educação, e sua formação deve ser adaptada às suas necessidades específicas, elas podem ter uma vida "normal" com um ritmo próprio, de acordo com o acompanhamento e desenvolvimento da mesma, elas não podem ser taxadas e rotuladas como se não fossem capazes de se desenvolver e tiver um crescimento positivo, pois são de fato capazes, desde que tenham um acompanhamento adequado. A convivência dessas crianças DI na escola regular de ensino amplia as oportunidades de trocas sociais, permitindo um olhar nítido do mundo, quanto mais cedo for dada a oportunidade de familiaridade mais rápida será feito o processo de integração. (JORGE, 2009).

Causas: são variadas e complexas, sendo a genética a mais comum, assim como as complicações pré-natais, perinatais e pós-natais, a má-formação

fetal ou problemas durante a gravidez. A desnutrição severa e o envenenamento por metais pesados durante a infância também podem acarretar problemas graves para o desenvolvimento intelectual.

Características: Pessoas com deficiência intelectual ou cognitiva costumam apresentar dificuldades para resolver problemas, compreender ideias abstratas (como as metáforas, a noção de tempo e os valores monetários), estabelecer relações sociais, compreender e obedecer a regras, e realizar atividades cotidianas - como, por exemplo, as ações de autocuidado. (AMPUDIA, 2011).

Consequências

De acordo com (ALMEIDA, 2011), a criança intelectual apresenta certas limitações no seu funcionamento mental e no desempenho de tarefas como as de comunicação, cuidado pessoal e de relacionamento social. Estas limitações provocam uma lentidão na aprendizagem e no desenvolvimento dessas pessoas. Elas podem precisar de mais tempo para aprender a falar, a caminhar e a aprender as competências necessárias para cuidar de si, tal como vestir-se ou comer com autonomia. É natural que enfrentem dificuldades na escola.

Metodologia

Escrita livre de palavras e frases, reescrita de atividades vivenciadas, reescrita de histórias lidas, produção com base em imagens e escrita de bilhetes, dentre muitas outras.

O Trabalho com o aluno em sala de aula é muito importante, para que o aluno sintase aceito, fazendo parte do contexto, participando de todos os momentos oferecidos nas aulas.

Propor trabalhos e atividades que possam auxiliar o desenvolvimento de habilidades adaptativas: sociais, de comunicação, cuidados pessoais, autonomia. (FALCONI; SILVA, 2002)

CONCLUSÃO

O professor de modo geral não deve ser diferente dos outros professores, pois deve trabalhar com adaptação curricular, inserindo todos os alunos. Para isso o seu planejamento deve ser flexível, o professor tem que ser o transmissor desse direito do aluno deficiente mostrando meios que insiram esse aluno a sociedade mesmo quando pareça impossível. A inclusão ainda não é aceita realmente nas

escolas, mostram resistência e embora muitas já estivessem aceitando a ideia e modificando os procedimentos, seus projetos de ação, aprimorando seu trabalho pedagógico para incluir, falta aceitar a ideia que em salas de aula consideradas normais haverá crianças que apresentam necessidades especiais, e terão que viver e conviver com discriminações até de alguns pais ou mesmo parte da sociedade.

Para que o trabalho seja desenvolvido com êxito é necessário que uma gama de outras coisas aconteçam para que haja interação desse aluno ao meio em que ele vive, o professor também precisa estar cercado de outros profissionais para que de fato a inclusão aconteça, a criança deve fazer um acompanhamento com o profissional especializado na sua deficiência para que haja um avanço naquele grau da sua deficiência. A nossa sociedade é formada por pessoas diferentes, cada um com suas crenças e seus valores, na escola não pode ser diferente já que estamos sempre levantando a questão que ninguém é igual a ninguém.

Cabe refletirmos sobre a necessidade de incluir na formação de professores, a discussão sobre como articular os conhecimentos, os fundamentos e práticos de educação inclusiva. Esse trabalho contribui com a reflexão sobre os pensamentos, valores e hábitos compartilhados que influenciam na formação e na maneira como os professores lidam com os seus NEE, com os desafios e barreiras enfrentadas no processo de aprendizagem dos alunos. E por fim, é necessário fazer referência sobre como acontece essa formação inclusiva nas instituições de formação docente, como a reflexão sobre o que as leis e diretrizes mencionam sobre essa formação inclusiva nas instituições de atendimento ao aluno.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. da S. R. **o que é deficiência intelectual ou atraso cognitivo?** São Paulo, 2011. Disponível em: <http://inclusaobrasil.blogspot.com.br/2007/10/o-que-deficiencia-intelectual-ou-atraso.html>. Acesso em: 11 de abr. de 2015

AMPUDIA, R. **O que é deficiência intelectual?** São Paulo, 2011. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/deficiencia-intelectual-inclusao-636414.shtml>. Acesso em: 11 de abr. de 2015.

AMIRALIAN; M^a L. T. et al **Conceituando deficiência** In Revista de saúde pública, São Paulo, v 34, n. 1, p. 93, fevereiro. 2000. Disponível em:

http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0034-89102000000100017&pid=S0034-89102000000100017&pdf_path=rs/v34n1/1388.pdf&lang=pt. Acesso em: 27 de abr de 2015.

ARNAIS, Magali Ap. de O. **Novas Crianças na Creche: o desafio da inclusão**. 2003. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000296006>. Acesso em: 09 de março de 2015.

BATTISTELLA, L. R. **Conceito de deficiência segundo a convenção da ONU e os critérios da CIF**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/274.pdf>. Acesso em 07 de maio de 2015.

BOZZO, F. E. F. **Inclusão na escola** In Revista Científica do Unisalesiano – Lins, São Paulo, ano 3, n. 6, p. 02, jan./jun. 2012. p. 82-83. Disponível em: <http://www.salesianolins.br/universitaria/artigos/no6/artigo7.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2015.

BRANDENBURG, L. E; LÜCKMEIER. C. **A história da inclusão X exclusão social na perspectiva da educação inclusiva**. Anais do Congresso Estadual de Teologia, São Leopoldo, v 01, p. 175. 2013. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/teologians/article/view/191/149>. Acesso em 10 de abr. 2015.

BRASIL, Constituição Federal 1988. **Educação**, nº 66, de 19 de dezembro de 2006, Capítulo III, art. 205; art. 208 inciso III, IV. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf>. Acesso em: 15 de fev. de 2015.

BRASIL, Constituição Federal 1988. **Dos Profissionais da Educação**, Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Capítulo VI, art. 62º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 de fev. de 2015.

BRASIL, **Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**, nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, Capítulo I, art. 4º inciso I, II, III e IV. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em: 07 de maio de 2015.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Capítulo III, art. 4º inciso III. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 15 de fev. de 2015.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Capítulo V, art. 58º parágrafo 1º e 2º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 de fev. de 2015.

BRUNO; M. M. **Alfabetização de alunos com baixa visão significativa: algumas reflexões sobre o potencial visual, o processo de aprendizagem e o sistema braille.** São Paulo, 2011. Disponível em: <http://jucimarsidney167.blogspot.com.br/2011/10/alfabetizacao-de-alunos-com-baixa-visao.html>. Acesso em 07 de maio de 2015.

CRUZ, Gilmar de Carvalho. **Formação continuada de professores de educação física em ambiente escolar inclusivo.** Londrina EDUEL, 2008. p. 51.

CRÓS, C. X., et al. **Classificações da deficiência visual: compreendendo conceitos esportivos, educacionais, médicos e legais,** 2006. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd93/defic.htm>. Acesso em: 11 de maio de 2015.

DÍAZ, F., et al, orgs. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas.** Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/170/1/Educacao%20Inclusiva.pdf>. Acesso em: 10 de abr. de 2015.

FALCONI, E. R. M.; SILVA, N. Ap. S. **Estratégias de trabalho para alunos com deficiência intelectual AEE.** Maranhão, 2002. Disponível em: <https://especialdeadamantina.files.wordpress.com/2014/05/estrategias-de-trabalho-para-alunos-com-di.pdf>. Acesso em 07 de maio de 2015.

FERRARI, A. C. M. **Contextualizando a educação inclusiva e a formação de professores.** São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.redemebox.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24696:contextualizando-a-educacao-inclusiva-e-a-formacao-de-professores&catid=254:260&Itemid=21. Acesso em: 10 de abr. de 2015.

GOMIDE, Natércia Guimarães. **Gestão de Pessoas.** 1º ed, Vila Velha: ESAB, 2008. Disponível em: <http://www.esab.edu.br/wp-content/uploads/monografias/adriana-amelia-siqueira-dias.pdf>. Acesso em 10 de abr de 2015.

JORGE, J. C. **Deficiência Intelectual: um novo olhar.** São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.unisaesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC34959031867.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2015.

MANOEL; V. de A., et al. **Recursos Didáticos e tecnológicos da Educação Especial aplicados a EAD.** Santa Catarina, 2006. Disponível em: <http://www.abed.org.br/seminario2006/pdf/tc045.pdf>. Acesso em 07 de maio de 2015.

MARTINS, M. C. **Inclusão da pessoa com deficiência visual em academias.** São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/8mostra/4/227.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2015.

MELO, F. O. S. **A história da educação especial rumo à inclusão: um desafio a conquistar**. Juazeiro do Norte, 2010. Disponível em: <http://juazeirodonorte.apaebrasil.org.br/arquivo.phtml?a=20471>. Acesso em 25 de jan de 2015.

Ministério da Educação - MEC. **Declaração de Salamanca**, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 25 de jan de 2015.

Ministério da Educação – MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva**, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 25 de jan de 2015.

NASCIMENTO, Marilena. Por uma sociedade inclusiva. In: SOUZA, Maria da Costa de. et al. **Caminhos da Inclusão**. ed. Kelps. , São Paulo: Kelps; 2008. p.147.

NASCIMENTO, F. S. C. do; CABRAL, C. L. O. **Formação inicial e a prática pedagógica do professor dos anos iniciais do ensino fundamental**. Maranhão, 2010. Disponível em: http://www.psicopedagogavaleria.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=43:deficiencia-intelectual-ou-atraso-cognitivo&catid=1:artigos&Itemid=11. Acesso em 07 de maio de 2015.

OLIVEIRA, E. S., et al. **Inclusão Social: Professores preparados ou não?** In Revista Polêmica, Rio de Janeiro, v 11, n. 2, p. 02, março. 2012. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3103/2224>. Acesso em: 27 de abr de 2015.

REDONDO; M^a C. da F.; CARVALHO, J. M. **Deficiência auditiva**. In caderno da TV Escola, n. 1, ISSN 1518-4706, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciaauditiva.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2015.

SÁ; E. D. de, et al. **Atendimento especializado: deficiência visual**. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf. Acesso em 07 de maio de 2015.

SILVA, F. A. B. da. **O professor de biologia diante da inclusão de alunos com deficiência: desafios, limites e possibilidades**. 2013. 48 f. Monografia (Graduação em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências da Saúde de Beribe. 2013.

SILVA, A. P. M. da; ARRUDA, Ap. L. M. M. **O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar**. In Revista Eletrônica Saberes da Educação, São Roque – SP. V 05, n. 1, p.16-19, 2014.

SILVA, L. P. da. **Manual de orientação de práticas interventivas no contexto educacional para professores do ensino fundamental**. Mandirituba, 2008. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1121-2.pdf>. Acesso em 07 de maio de 2015.

TOLEDO, E. H. de.; MARTINS, J. B. **A atuação do professor diante do processo de inclusão e as contribuições de Vygotsky**. Paraná, 2009. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3298_1675.pdf. Acesso em 07 de maio de 2015.